

# **CLIPPING IMPRESSO**

**13/03/2022**



# INDICE

---

1. DESEMBARGADOR	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. EVENTOS	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2 - 3
3. PUBLICIDADE LEGAL	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	4

## Flávio Braga

Pós-graduado em Direito Eleitoral, professor da Escola Judiciária Eleitoral e analista judiciário do TRE/MA. flavioandradebraga@hotmail.com



# A prolífica verve de Lourival Serejo

Lourival de Jesus Serejo Sousa nasceu e cresceu no município de Viana. É conterrâneo de Astolfo Serra, Antonio Lopes, Raimundo Lopes, Celso Magalhães, Dilú Melo e outros vultos ilustres oriundos desse celeiro de intelectuais. Em 1976, graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Antes de ingressar na magistratura, em 1981, exerceu a advocacia e o cargo de Promotor de Justiça. Hodiernamente é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. No exercício da militância de juriconsulto, é membro ativo do Instituto Brasileiro de Direito de Família, do Instituto dos Magistrados do Brasil e da Associação dos Magistrados Brasileiros. Devotado aos estudos literários desde a sua juventude, ramificou a sua prodigiosa verve nos gêneros da poesia, contos, romances, crônicas, ensaios e textos jurídicos. É imortal da Academia Maranhense de Letras (presidente eleito para o biênio 2022-2024) e é membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da

Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras. Inaugurou a sua produção literária em 1992, quando exercia a magistratura na Comarca de Imperatriz. Dentre as suas obras, destacam-se: “Rua do Porto”, “O presépio queimado”, “Do alto da matriz”, “O baile de São Gonçalo”, “Na casa de Antônio Lobo”, “Da Aldeia de Maracu à Vila de Viana”, “Entre Viana e Viena: 100 crônicas escolhidas”, “Pescador de Memórias”, “Aluísio Azevedo Sempre”, “Casablanca”, “Mistérios de uma cidade invisível”, “O tormento de Santiago” e “Havana: literatura, música e moji”. No universo da doutrina jurídica, publicou os seguintes títulos: “Contribuições ao estudo do Direito”, “Direito Constitucional da Família”, “As provas ilícitas no Direito de Família”, “A família partida ao meio”, “A ética como paradigma da atividade judicial” (organizador), “Formação do juiz: anotações de uma experiência”, “Os novos diálogos de Direito de Família”, “Na casa

de Clóvis Beviláqua” e “Direito Eleitoral”. Sou servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e conheci o talentoso literato quando ele era membro desse sodalício na categoria de Juiz de Direito, no biênio 2003-2005. Posteriormente fora Corregedor e Presidente do TRE, investido na classe dos desembargadores. A nossa aproximação pessoal ocorreu de forma natural e instintiva, em virtude do interesse comum pelos cânones do Direito Eleitoral. Creio ser um dos poucos que já conheceram a sua biblioteca particular, ensejo que me faz recordar uma frase célebre de Golbery do Couto e Silva; “Quem conhece a minha biblioteca, conhece a minha ideologia”. Nas sessões do TRE, fui testemunha da lhanza, comedimento e invejável erudição com que ele proferia suas manifestações e votos. A nossa afinidade deriva também do indelével sentimento de ufanismo pelas nossas origens campestinas. Ele é natural de Viana e eu de Peri-Mirim, duas jóias da Baixada Maranhense.

# Pais e filhos realizam procedimento para reconhecimento de paternidade durante o Dia D da Defensoria Pública

A sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) e mais de 40 unidades no interior do estado abriram as portas neste sábado para o mutirão de reconhecimento de paternidade, o “Dia D da Defensoria Pública”. A atividade, que ocorreu em todas as Defensorias do país, possibilitou que filhos realizassem o sonho de ter o nome do pai no documento, bem como garantir uma série de direitos.

O Dia D integra o projeto nacional “Meu Pai Tem Nome”, de iniciativa do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege). No Maranhão, o mutirão contou com sessões de conciliação extrajudicial e atendimento jurídico para reconhecimento de paternidade biológica e socioafetiva, agendamento de exames de DNA, além de orientação e encaminhamento para outras demandas, bem como atividades voltadas para os pequenos como oficinas de contação de história, desenho e música.

De acordo com o defensor-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, a ação contribui para reverter um quadro crítico no país e no estado: o número de crianças que não têm o nome do pai no registro civil. “No Maranhão, 40 mil crianças não tiveram o nome do pai registrado nas certidões emitidas nos últimos cinco anos. Isso inviabiliza uma série de direitos: pleitear pensão



Pais foram ontem, à Defensoria Pública, para reconhecer paternidade de seus filhos

alimentícia, direitos sucessórios e previdenciários e dificulta o próprio desenvolvimento da criança. Por isso, nos unimos, em todo o estado e no Brasil, para garantir direitos aos mais vulneráveis e garantir que esse cenário mude”, declarou. Responsável pela coordenação do mutirão no Maranhão, a defensora pública Elaine Barros, que é diretora da Escola Superior, agradeceu o empenho dos núcleos

regionais no interior e demais parceiros para a realização da atividade. “Foi uma grande articulação, com muito empenho e dedicação, para que pudéssemos abrir as portas da Defensoria neste sábado. Por isso, só temos a agradecer a cada um, seja membro da DPE ou de instituições parceiras, que trabalharam para garantir a efetivação desse direito tão importante que é o reconhecimento de

paternidade”, frisou.

## **RECONHECIMENTOS**

Durante o mutirão, foram atendidos diferentes casos. Adrielly Ferreira Sousa, de 18 anos, foi uma das assistidas que conseguiu realizar o reconhecimento extrajudicial da paternidade socioafetiva, aquele que ocorre mediante vínculo afetivo constituído com o filho. No caso da estudante, ela foi reconhecida pelo seu pai de criação, Valdir dos Santos,

neste sábado. “Os meus pais biológicos eram muito jovens e me deram para que os meus pais de criação pudessem me criar. É muito bom poder ter a partir de hoje o nome do meu pai Valdir no meu registro”, disse Adrielly Ferreira.

Outro caso atendido durante o mutirão foi o de Charles Araújo, que buscou os serviços da Defensoria para fazer o reconhecimento de paternidade do filho que hoje tem cinco anos. “Quando o Marciel

somente com o sobrenome da mãe. Aí vimos na TV que teria essa ação e viemos colocar meu nome no registro dele. Além de ser importante crescer com o nome do pai, ele também pode precisar comprovar isso um dia”, afirmou o pai.

Além dos reconhecimentos espontâneos nos casos de vínculo biológico ou socioafetivo, o mutirão também recebeu demandas diversas que foram encaminhadas para a via judicial. Esse foi o caso

da dona de casa Rosângela dos Santos Rodrigues, que deu entrada no reconhecimento post mortem. “Meu marido faleceu quando eu ainda estava grávida do meu segundo filho. Fui ao cartório tentar registrá-lo, mas me disseram que não podiam colocar o nome dele na certidão. Agora, o meu filho fica perguntando porque o

irmão tem o nome do pai e ele não. Vim tentar resolver isso porque importa muito para ele e vai garantir os direitos dele”, ressaltou.

A ação contou com a parceria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), da Universidade Federal do Maranhão (Ufma) e da rede de Assistência Social de São Luís.

	<b>TJMA</b> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	<b>ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>AVISO DE LICITAÇÃO</b> <b>Pregão Eletrônico nº 19/2022 SRP</b> <b>Processo nº 31.805/2021</b>		
<b>Objeto:</b> Registro de Preço para Contratação de empresa para prestação de serviços de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral e sondagem a percussão (investigação geotécnica) nos terrenos destinados à construção das unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; <b>Abertura:</b> 25/03/2022 às 10:00h (horário de Brasília-DF); <b>Local:</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> ; <b>Informações:</b> Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; <b>E-mail:</b> <a href="mailto:licitacao@tjma.jus.br">licitacao@tjma.jus.br</a> ; <b>Fone:</b> (98) 3261-6194. São Luís/MA, 10 de março de 2022. <b>Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.</b>		